

cadernos DO eIXO

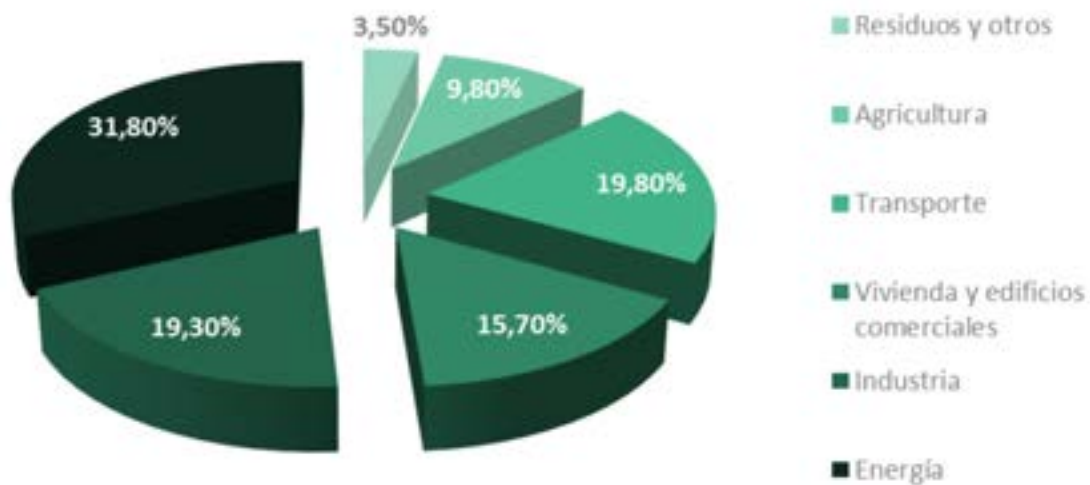
deceMbRo, 2016



**PACTO DOS AUTARCAS
PARA O CLIMA E A
ENERGIA**

índice

Introdução	4
Pacto dos autarcas para o clima e a enerxía	6
1. O que é?	7
2. Objetivos	9
3. Obrigacións que implica	10
4. Quem pode participar?	14
5. El pacto paso a paso	20
6. Ciudades del Eixo Atlántico adheridas al pacto en Galicia y Norte de Portugal	26
7. Oportunidades de financiación.....	27
Conclusión	34



introdução

A atividade do ser humano tem um impacto crescente sobre o clima e a temperatura da Terra. O uso de combustíveis fósseis, a deflorestação e as atividades industriais, entre outras, geram uma grande quantidade de gases de efeito estufa, os causadores do aquecimento global que está a provocar aquilo a que se chama de alterações climáticas, ou seja, alterações dos padrões meteorológicos/climáticos tanto à escala local como global.

Como se verifica no gráfico acima, estamos perante um problema cuja origem está na atividade humana à escala global. Por isso e pelo seu impacto, também global, é necessário atuar a todos os níveis: internacional, regional e local.

Ação à escala internacional

À escala internacional, este assunto é abordado desde 1992 com a adoção, no seio das Nações Unidas, da **Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas** que nasce com o objetivo de impedir a interferência «perigosa» do ser humano no sistema climático. Para tal, com o objetivo de conhecer a dimensão real do problema, a Convenção encorajava todos os países signatários (fundamentalmente os países desenvolvidos) a realizar e atualizar periodicamente inventários de emissões de gases de efeito de estufa, tomando 1990 como ano de referência. Posteriormente, em 1997, ainda no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas, adota-se o protocolo conhecido como **Protocolo de Quioto**. Este foi o primeiro convénio internacional que sujeitava os países signatários (a Convenção apenas “encorajava” a reduzir emissões) a reduzir as suas emissões de gases de efeito de estufa. O ponto débil deste protocolo era que apenas estabelecia metas vinculantes a 37 países industrializados e à União Europeia, identificando-os como os responsáveis do aquecimento global naquele momento resultado do seu processo de industrialização e crescimento.

Apesar disto ser verdade, o Protocolo de Quioto esquecia o efeito que os processos de industrialização de países em vias de desenvolvimento como a China, o Brasil, a Índia ou a Rússia estavam já a exercer sobre a atmosfera. Um problema global requiere soluções globais e, por isso, na luta contra as alterações climáticas há que responsabilizar todos os países numa ação internacional comum.

Neste contexto, desde então fizeram-se várias reuniões da chamada COP (Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas) para rever os compromissos e melhorar o envolvimento global com o problema. As duas mais recentes foram as reuniões realizadas em Paris em 2015, COP 21, e a que teve lugar em novembro de 2016 em Marraquexe, a COP 22.

A **COP 21 de Paris** culminou na assinatura de um compromisso de todos os países, chamado **Acordo de Paris**, em virtude do qual todos se comprometem a ampliar os seus esforços para combater as alterações climáticas e, pela primeira vez, fala-se também de adaptar-se aos seus efeitos. Além disso, este Acordo estabelece compromissos nacionais para cada um dos países signatários e a obrigação de informar em 2018 do grau de avanço face ao compromisso nacional estabelecido. À data de 4 de novembro de 2016, 113 países de 197 tinham ratificado o Acordo, entre os quais podemos destacar o Brasil, a China, a Índia, a União Europeia¹ ou os Estados Unidos; ainda que o compromisso deste último esteja no ar após os resultados das eleições presidenciais de 8 de novembro de 2016 e da postura que, à priori, parece ter o Presidente entrante, Donald Trump, com respeito às alterações climáticas. Até ao momento, a Rússia não ratificou o Acordo.

A COP 22, realizada em Marraquexe em novembro de 2016, por seu lado, teve como principal resultado a redação das regras de aplicação do Acordo de Paris. Assim, este manual exige uma significativa melhoria da transparência da ação das partes para as medições e a contabilização das reduções de emissão, a provisão de financiamento para fazer face às alterações climáticas e para o desenvolvimento e transferência de tecnologia. Inclui ainda a tarefa de traçar comunicações sobre a adaptação, que foi identificada como o principal veículo para partilhar esforços entre países.

Ação à escala europeia

A União Europeia, além de participar em todas as ações internacionais e ratificar todos os acordos, pode dizer-se que lidera a luta contra as alterações climáticas a nível mundial. Assim, autoimpôs-se **objetivos muito ambiciosos** no sentido de até **2030** reduzir 40% as emissões de gases com efeito de estufa relativamente aos níveis de 1990, aumentar o uso das energias renováveis em 27% e a eficiência energética em 27%.

Além disso, a UE conta já com um **plano de ação para 2050**², que estabelece um objetivo ainda maior: reduzir as emissões a 80% com respeito aos níveis de 1990; fixando objetivos intermédios de redução de 40% para 2030 e de 6% para 2040. Este Plano estabelece, ainda, objetivos por sectores, sendo os mais assinaláveis os dos transportes, da habitação e da indústria, com objetivos de redução em 2015 de 60%, 90% e 80%, respetivamente. Além disso, o Plano contempla um investimento em inovação face a estes objetivos, por parte da UE, em torno dos 270.000 milhões de euros nas próximas quatro décadas.

Ação à escala local

Um problema das características das Alterações Climáticas não se resolve somente com compromissos e atuações à grande escala. É necessária a implicação ativa e a atuação à escala local, pois é onde realmente se devem colocar em prática as diversas medidas a aplicar. Conforme a própria ONU reconhece, as cidades e regiões estão a ter um grande impacto no cumprimento dos compromissos climáticos através de ações locais e de associações mundiais.

Neste sentido, a ação local é fundamental e deve ser apoiada pelos vários níveis de governo, tanto nacional como europeu. A esta escala, a ação contra as alterações climáticas centra-se no **Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**, objeto desta publicação.

¹Apesar de a UE ter ratificado o acordo, este ainda está em processo de ser ratificado por cada um dos seus Estados membro.

²O estado de ratificação pode consultar-se em: <http://newsroom.unfccc.int/es/acuerdo-de-paris/>
Aprovada em 2011, trata-se da "Roteiro de transição para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050". Mais informação: http://ec.europa.eu/clima/policies/strategies/2050_en



PACTO DOS AUTARCAS PARA O CLIMA E A ENERGÍA

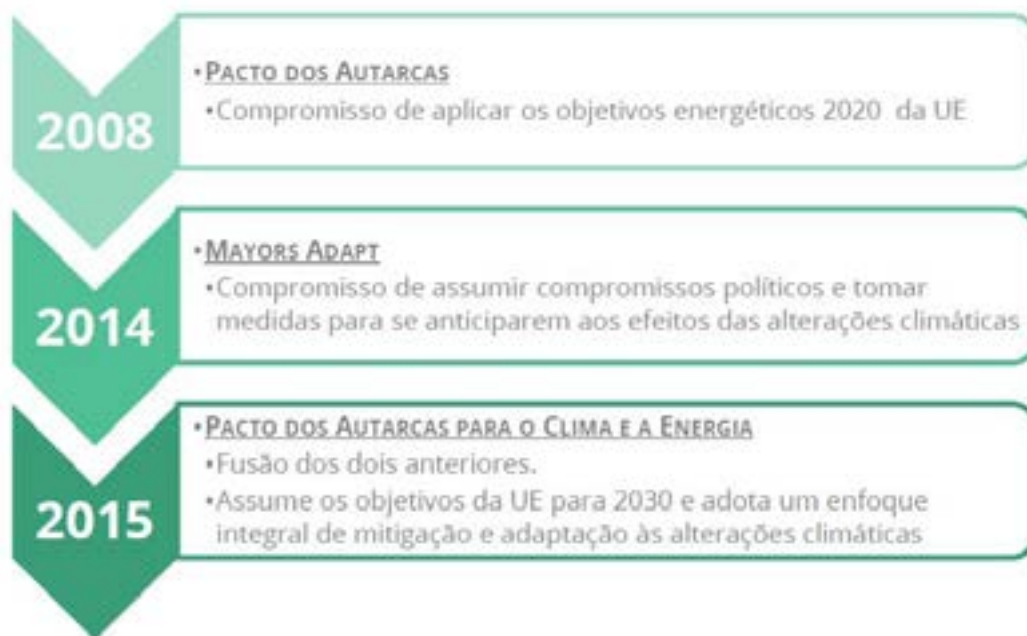
1. O QUE É?

Promovido pela Comissão Europeia, em **2008**, após a adoção do Pacote de medidas da UE sobre clima e energia até 2020, o Pacto dos Autarcas é um **compromisso voluntário** que as cidades podem adotar e em virtude do qual se comprometem a **aplicar nos seus territórios os objetivos climáticos e energéticos da UE**.

Desde o seu arranque, o Pacto dos Autarcas conseguiu mobilizar um grande número de autoridades locais e regionais para desenvolver planos de ação e orientar os investimentos para a mitigação dos efeitos das alterações climáticas.

A partir do sucesso alcançado, em **2014** lançou-se a iniciativa **Mayors Adapt**, baseada no mesmo modelo, mediante a qual se convidava as cidades a assumir compromissos políticos e tomar medidas para se anteciparem aos efeitos das alterações climáticas.

Por último, em finais de **2015**, ambas as iniciativas fundiram-se no novo **Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**, mediante o qual se assumiram os objetivos da UE para 2030 em matéria de alterações climáticas, adotando-se um enfoque integral de mitigação das alterações climáticas e de adaptação a estas. Deste modo, a nova iniciativa renova o compromisso de luta contra as alterações climáticas e liga-a à necessidade de adaptação aos seus efeitos e de assegurar a sustentabilidade energética.



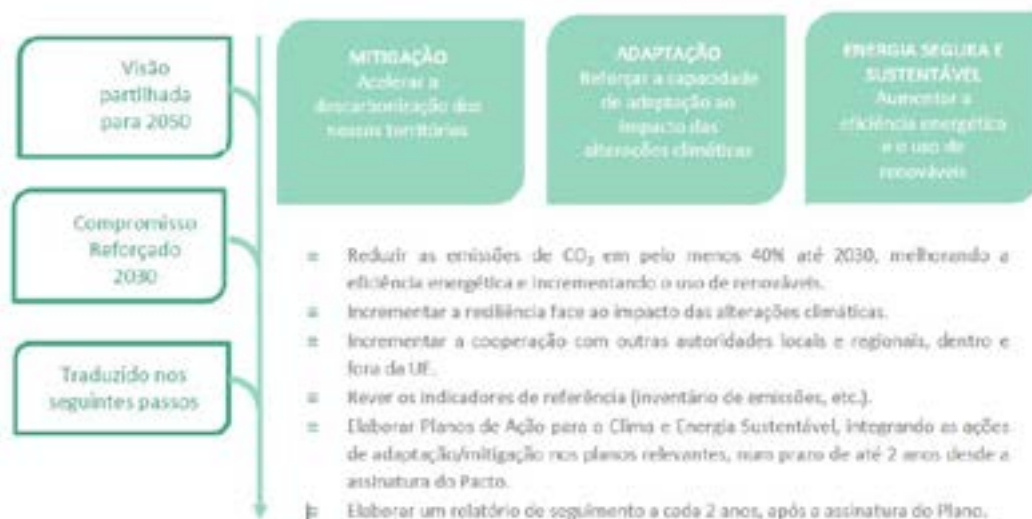
Os signatários apoiam uma **visão comum para o ano 2050**: acelerar a descarbonização dos seus territórios, fortalecer a sua capacidade de adaptação aos efeitos inevitáveis das alterações climáticas e permitir aos seus cidadãos o acesso a fontes de energia seguras, sustentáveis e exequíveis.

Além disso, comprometem-se com os objetivos que a Comissão Europeia aprovou em 2011 no seu «Roteiro para uma economia hipocarbónica competitiva em 2050»: chegar a uma **redução das emissões de gases de efeito de estufa na UE de 80-95 % em 2050 relativamente às de 1990**. Iniciativa que foi referendada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

Mais ainda, esta nova iniciativa inclui um capítulo transversal destinado a que os signatários partilhem a sua visão, experiência e resultados com outras autoridades locais de dentro e fora da UE, incentivando-os a juntar-se a esta iniciativa.

À data de finalização deste relatório³, segundo dados oficiais, o **Pacto foi assinado por 7.153 autoridades locais ou regionais (1.733 em Espanha e 117 em Portugal**, representando 64% e 58% da população, respetivamente).

³ Novembro 2016



(Fonte: http://www.covenantofmayors.eu/about/covenant-of-mayors_es.html)

2. OBJETIVOS

Todos os signatários do Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia comprometem-se voluntariamente a assumir no seu território os objetivos de clima e energia da UE para 2030⁴:

- ≡ Pelo menos 40% de redução das emissões de gases de efeito de estufa
- ≡ Pelo menos 27% de quota de energias renováveis
- ≡ Pelo menos 27% de melhoria da eficiência energética

Desta forma, podemos dizer que este pacto reforçado tem um **tríplo objetivo: mitigação, adaptação e energia segura, sustentável e exequível.**

⁴Mais informação sobre o Quadro europeu sobre clima e energia 2030: http://ec.europa.eu/clima/policies/strategies/2030/index_es.htm

3. OBLIGAÇÕES QUE IMPLICA

Com a intenção de traduzir o compromisso político em medidas e projetos tangíveis e concretos, em virtude da sua assinatura, o Pacto obriga a:

- ≡ **Preparar um Inventário de Emissões de Referência**, que quantifique a quantidade de CO2 emitida pelo consumo de energia no território do subscritor do Pacto.
- ≡ **Fazer uma Avaliação de Riscos e Vulnerabilidades derivados das Alterações Climáticas**. Este instrumento permitirá identificar as principais fontes de emissões de CO2 e os respetivos potenciais de redução.
- ≡ **Apresentar um Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)**, aprovado pelo conselho municipal no prazo de um ano a partir da decisão oficial de se juntar à iniciativa do Pacto dos Autarcas, e no qual se resumam as ações chave que se planeia levar a cabo à escala local para alcançar os seus objetivos. Este PAESC deverá, ainda, incluir uma **Estratégia de Adaptação às Alterações Climáticas**, que deverá, também, desenvolver-se em um ou vários documentos independentes de planificação.
- ≡ **Publicar a cada dois anos**, a partir da apresentação do PAESC, **relatórios de seguimento** nos quais se detalhem os avanços realizados e o nível de execução do programa, além dos resultados provisionais.
- ≡ **Difundir a mensagem do Pacto dos Autarcas para o Clima e Energia**, incentivando outras autoridades locais a unir-se a esta iniciativa.

Em caso de incumprimento dos prazos acordados para a elaboração do PAESC (dois anos a partir da assinatura do Pacto) e/ou a apresentação dos relatórios de seguimento (a cada dois anos após a adoção do PAESC), os signatários admitirão a cessação da sua adesão ao Pacto.

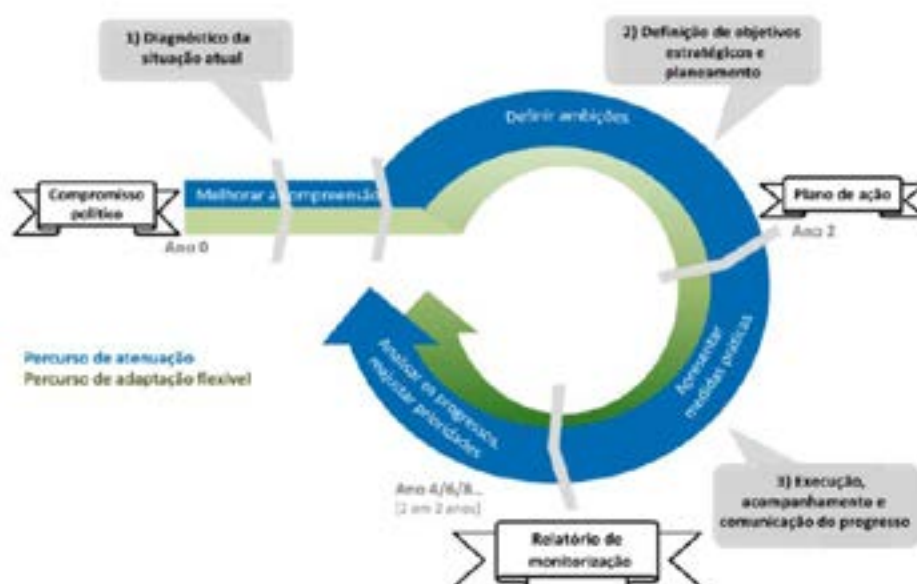
UN ROTEIRO COMUN PARA UMA VISÃO PARTILHADA

PASSOS / PILARES	MITIGAÇÃO	ADAPTAÇÃO
Iniciação e revisão das linhas básicas (ano 1)	Inventário de emissões de referência	Avaliação de Riscos e Vulnerabilidades derivados das Alterações Climáticas.
Definição e planificação dos objetivos estratégicos (ano 1 e 2)	Plano de Ação para a Energia Sustentável e o Clima (PAESC)	
Aplicação, controlo e informação (ano 3)	Relatório de situação a cada dois anos após a adoção do PAESC	

- Nos **anos 1 e 2** será levado a cabo o **trabalho de base** do plano, centrando-se na **avaliação** da situação (fontes principais das emissões e seu correspondente potencial de redução, os principais riscos e vulnerabilidades climáticos e os desafios atuais/futuros associados), a **identificação das prioridades** de adaptação e mitigação e os primeiros triunfos, o reforço da **participação das comunidades** e a **mobilização de recursos** e capacidades suficientes para realizar as ações necessárias. Os anos posteriores centrar-se-ão em potenciar e ampliar as ações e os projetos iniciados para acelerar a mudança.

UM QUADRO FLEXÍVEL ADAPTADO A CADA REALIDADE LOCAL

Ainda que dentro de um quadro comum, a particularidade do Pacto dos Autarcas e uma das principais questões que facilita a implicação das cidades com o mesmo, é que estabelece um quadro de ação para as cidades, em matéria de mitigação e adaptação, tendo sempre em conta a diversidade sobre o terreno. Ou seja, deixa a flexibilidade suficiente para que sejam os municípios signatários a decidir as prioridades de ação e a melhor maneira de implementar as ações relacionadas com as mesmas.



Assim, no âmbito da mitigação o Pacto permite aos signatários uma certa flexibilidade, especialmente no que diz respeito ao inventário de emissões: escolha do ano de referência, sectores chave a abordar, identificação das ações prioritárias a implementar, etc.

De igual forma, no que respeita à adaptação, através das revisões bianuais o Pacto prevê mecanismos para refletir sobre a mudança contínua das condições e das capacidades dos signatários. Nestas revisões avaliar-se-á, entre outras questões, o grau de vulnerabilidade e os riscos climáticos associados ao território. Os resultados desta avaliação serão a base para definir/atualizar a estratégia de adaptação do território, que deverá integrar-se no Plano de Ação para o Clima e a Energia Sustentável, bem como em qualquer outro documento de planificação relevante com o fim último de incrementar a resiliência do território.

Mas o Pacto dos Autarcas não implica apenas obrigações. Também se traduz numa série de oportunidades que devem saber-se aproveitar adequadamente, pois a Comissão Europeia comprometeu-se a apoiar as autoridades locais que participem no Pacto dos Autarcas e a dar-lhes visibilidade pública.

Em primeiro lugar, a Comissão criou e financiou o Gabinete do Pacto dos Autarcas (COMO), que resolve as dúvidas dos signatários do Pacto através do Serviço de assistência técnica e promove as suas ações locais através do Serviço de meios de comunicação. Além disso, o COMO coordena o trabalho com terceiros e negocia o apoio das partes interessadas pertinentes.

Este gabinete, sediado em Bruxelas, é integrado por representantes de um consórcio de redes de autoridades locais e regionais, coordenado por Energy Cities⁵ e formado por Climate Alliance⁶, CEMR⁷, Eurocities⁸ e Fedarene⁹.

Os dados de contacto do gabinete do Pacto dos Autarcas em Bruxelas são:

Covenant of Mayors Office

63-67 Rue d'Arlon

B-1040 Bruxelles

Tlf- +32 2 400 10 67 (gabinete de apoio)

+49 69 717 139 17 (assistência em castelhano)

Email: info@eumayors.eu

Outras oportunidades são as inerentes aos instrumentos de financiamento que contemplam linhas específicas para os signatários do Pacto, linhas essas que se explanam em detalhe no capítulo 8 do presente relatório.

⁵Energy Cities é uma associação europeia de entidades locais para a transição energética. <http://www.energy-cities.eu/>

⁶Climate Alliance é uma rede internacional, com base em Frankfurt, de cidades, províncias e regiões pelo clima. <http://www.alianzadelclima.org/sobre-nosotros/the-association.html>

⁷CEMR é o Conselho Europeu de Municípios e Regiões, a rede europeia que agrupa as redes nacionais de autoridades locais e regionais. http://www.ccre.org/en/article/introducing_cemr

⁸Eurocities define a si própria como a rede das grandes cidades europeias. http://www.eurocities.eu/eurocities/about_us

⁹FEDARENE é uma associação europeia de regiões e agências de energia. <http://www.fedarene.org/about-us>



4. QUEM PODE PARTICIPAR?

O Pacto está aberto à participação de variados tipos de entidades, apesar de nem todas elas terem necessariamente de desempenhar o mesmo papel, pois umas terão carácter de executoras do Pacto, enquanto outras centrarão o seu papel no âmbito da promoção do mesmo.

Assim, podemos agrupar as possíveis entidades chamadas a participar ativamente no Pacto da seguinte forma:

- a) Autoridades locais
- b) Províncias ou regiões
- c) Redes de autoridades locais
- d) Parceiros Associados
- e) Agências locais/regionais de energia

AUTORIDADES LOCAIS

O Pacto está aberto a todas as autoridades locais constituídas democraticamente, independentemente da sua dimensão e fase de implementação das suas políticas em matéria de energia e clima.

No caso das autoridades locais de pequena e média dimensão de uma mesma zona podem formar um grupo de signatários e apresentar um Plano de Ação conjunto. Neste caso, as autoridades locais integrantes deste grupo poderão optar por adotar compromissos individuais ou conjuntos com o objetivo de redução de emissões.

Como participar?

Para se juntar a esta iniciativa em constante crescimento, as autoridades locais devem levar a cabo o seguinte processo:

- ≡ **Apresentar a iniciativa** do Pacto dos Autarcas ao conselho municipal.
- ≡ Uma vez que uma resolução oficial tenha sido aprovada pelo Conselho, outorgar poderes ao autarca - ou representante equivalente do conselho – para **assinar o formulário de adesão**¹⁰.
- ≡ Após a assinatura, **completar a informação** requerida através de um formulário on-line¹¹ e **inserir o formulário** de adesão devidamente assinado.

Tomar nota dos passos a seguir, indicados num e-mail de confirmação enviado pela secretaria do Pacto ao conselho municipal.

¹⁰Pode descarregar-se, em qualquer língua oficial da UE, em: <http://www.covenantofmayors.eu/Covenant-core-documents.html>

¹¹Formulário on-line de informação geral disponível em: http://www.eumayors.eu/registration/signatory_en.html

PROVÍNCIAS OU REGIÕES

O Pacto está aberto também às províncias, regiões, organismos públicos nacionais, áreas metropolitanas e agrupamentos de autoridades locais que pretendam comprometer-se oficialmente a proporcionar orientação estratégica e apoio financeiro e técnico aos signatários do Pacto. Para estes está reservada a figura de Coordenador do Pacto, reconhecida pela Comissão Europeia.

A figura de Coordenador do Pacto deve comprometer-se a uma série de ações destinadas a facilitar novas adesões ao mesmo. Assim, entre outras, destacam-se:

- ≡ Promover a adesão ao Pacto entre as municipalidades do seu território, oferecendo também apoio e coordenação àquelas que o façam.
- ≡ Oferecer assistência técnica e estratégica aos municípios que, querendo entrar no Pacto, careçam dos recursos necessários para elaborar o seu Plano de Ação.
- ≡ Oferecer apoio económico para o desenvolvimento e execução do Plano de Ação.
- ≡ Oferecer assistência na organização de Dias da Energia Locais, destinados a sensibilizar os cidadãos.
- ≡ Informar periodicamente a Comissão sobre as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos.

Em caso de inatividade ou de um compromisso insuficiente, a Comissão Europeia reserva-se o direito de suspender a participação da província/região em questão como Coordenadora do Pacto.

Como participar?

Para se tornar Coordenador do Pacto, as administrações públicas interessadas deverão:

1. Preencher um formulário eletrónico¹²
2. Uma vez recebida a confirmação de aptidão para desempenhar este papel de coordenador, completar um Acordo com a Comissão Europeia para a sua assinatura por parte desta instituição.

Uma vez assinado o Acordo por ambas as partes, elaborar um perfil eletrónico com informação detalhada dos serviços e apoio que, na qualidade de coordenador, oferecerá aos signatários do Pacto.

¹²Pode descarregar-se em: http://www.eumayors.eu/registration/coordinator-supporter_en.html

REDE DE AUTORIDADES LOCAIS

O papel reservado às redes e associações de autoridades locais e regionais é o de Promotores do Pacto.

A figura de Promotor do Pacto compromete-se a promover o Pacto dos Autarcas entre os seus membros, orientá-los durante o processo do Pacto e facilitar o intercâmbio de experiências. Neste sentido, os Promotores deverão:

- ≡ Promover a adesão ao Pacto entre os seus membros e prestar apoio àqueles que decidam aderir.
- ≡ Reconhecer publicamente o Pacto dos Autarcas como elemento chave da sua política.
- ≡ Facilitar o intercâmbio de experiências entre cidades signatárias e candidatas.
- ≡ Atuar como intermediárias entre os seus membros, o gabinete do Pacto e os meios de comunicação.
- ≡ Identificar sinergias com outras iniciativas.

Em caso de inatividade ou de um compromisso insuficiente, a Comissão Europeia reserva-se o direito de suspender a participação da rede em questão como Promotor do Pacto.

Como participar?

Para obter a categoria de Promotores do Pacto, as redes de autoridades locais devem completar os seguintes passos:

- ≡ Preencher um formulário eletrónico de manifestação de interesse.
- ≡ Uma vez recebida a confirmação de aptidão, completar um Acordo com a Comissão Europeia para que seja assinado por esta Instituição comunitária.

Quando o Gabinete do Pacto dos Autarcas tenha criado o perfil eletrónico correspondente, atualizar este com informação exaustiva sobre os serviços que vão oferecer aos signatários.

¹³ Pode descarregar-se em: http://www.eumayors.eu/registration/coordinator-supporter_en.html

PARCEIROS ASSOCIADOS

Poderão ser parceiros associados do Pacto as entidades com dimensão europeia ou internacional que, o tendo solicitado, demonstrem estar habilitadas no sentido de orientar as autoridades locais na adoção de práticas e soluções em matéria de energia sustentável nos seus territórios. Por exemplo, poderão ser parceiros associados do Pacto: instituições financeiras, ONGs, etc.

Assim, os parceiros associados assumem o compromisso voluntário de criar sinergias com atores implicados no Pacto:

- ≡ Nomeando uma pessoa de contacto que atue como elo de ligação entre a Comissão Europeia e o Gabinete do Pacto dos Autarcas
- ≡ Partilhando informação sobre boas práticas que ajudem os signatários na consecução dos seus compromissos.

Em caso de incumprimento dos seus compromissos, a Comissão Europeia poderá revogar a condição de parceiro associado a uma organização.

Como participar?

As entidades que cumpram os requisitos anteriormente citados para serem parceiros associados do Pacto deverão:

Solicitá-lo formalmente ao Gabinete do Pacto dos Autarcas por e-mail (associated-partners@eumayors.eu)



AGÊNCIA REGIONAL /LOCAL DE ENERGIA

Dado o seu importante papel como catalisadoras da difusão e impacto do Pacto dos Autarcas, o mesmo promove a participação destas agências como promotoras ativas do Pacto.

Como participar?

- ≡ Enviando uma solicitação formal ao serviço de assistência do Pacto (coordinators@eumayors.eu)
- ≡ Uma vez comprovada a sua elegibilidade por parte da assistência técnica, preenchendo um formulário de solicitação que esta lhes enviará por e-mail e seguindo as instruções que receberá para oficializar a sua inscrição.

5. EL PACTO PASO A PASO

El Pacto de los Alcaldes no es una mera declaración de intenciones. Es un movimiento que quiere ser creíble y transparente. Por ello, exige respaldo político y acción demostrada con respecto a los compromisos en él establecidos. En este sentido, las administraciones públicas que decidan adherirse al Pacto, deben tener claro lo que a su firma les compromete.

A continuación, por tanto, se exponen brevemente los pasos a desarrollar en cada una de las fases del proceso, tras la adhesión de una autoridad local al Pacto de los Alcaldes.

PACTO DE LOS ALCALDES - COMPROMISOS, PASO A PASO

Paso 1: Firma del Pacto de los Alcaldes

- Respaldo político
- Creación de las estructuras administrativas adecuadas
- Inventario de Emisiones de Referencia, evaluación de riesgos y elaboración del PACES

Paso 2: Presentación y Ejecución del Plan de Acción para el Clima y la Energía Sostenible y el Clima (PACES)

- Envío del PACES aprobado a la oficina del Pacto
- Ejecución del PACES
- Seguimiento de la ejecución del PACES

Paso 3: Publicación Periódica de Informes de Seguimiento

PASO 1 FIRMA DEL PACTO DE LOS ALCALDES

1.1 – Respaldo político

Para asegurar el adecuado impacto de las actuaciones a desarrollar, resultará esencial garantizar el respaldo político a largo plazo con respecto al Pacto y a las obligaciones derivadas de la adhesión al mismo. En este sentido, se exige que tanto el compromiso de adhesión como todos los documentos que de él emanen (ej. PACES) sean ratificados mediante una resolución/decisión del ayuntamiento o autoridad local de que se trate.

1.2 – Creación de las estructuras administrativas adecuadas

Las autoridades locales adheridas al Pacto deberán adaptar sus estructuras administrativas internas a las exigencias del mismo. Así, podrá ser preciso asignar departamentos específicos y recursos humanos y económicos al cumplimiento del compromiso adquirido, que no es otro que el desarrollo y ejecución de una política local de energía sostenible.

En esta tarea, la coordinación interdepartamental dentro de la autoridad local de que se trate resultará fundamental. Dentro de una misma autoridad local existen muchas políticas y actividades paralelas, susceptibles de generar sinergias entre departamentos.

Finalmente, es deseable también invitar a los agentes y partes interesadas de la sociedad civil a que formen parte del proceso, facilitando que comenten los posibles conflictos y sinergias existentes o potenciales.

1.3 - Inventario de emisiones de referencia, evaluación de riesgos y elaboración del PACES

La situación de cada territorio es particular y específica. Por ello, no existe una fórmula universal de adaptación al cambio climático y desarrollo energético sostenible. Depende en gran parte de la situación de partida de cada adherente al Pacto.

En este escenario, lo primero que ha de hacerse es un **Inventario de Emisiones de Referencia** (IER). Este será el que establezca el punto de partida del territorio respecto a las emisiones de CO₂, así como cuáles son las principales fuentes de emisión y sus respectivas posibilidades de reducción.

El paso siguiente será la elaboración de una **Evaluación de Riesgos y Vulnerabilidades**. Esta revisión tiene por finalidad crear una base sólida para fijar las prioridades y objetivos en la respuesta al cambio climático de un territorio, resumiendo las alteraciones climáticas previstas y evaluando posibles puntos fuertes/débiles, riesgos/oportunidades, derivados de la adaptación a las mismas. Es decir, determinará la vulnerabilidad de cada sector y de la ciudad en su conjunto a las variaciones derivadas de las condiciones climáticas actuales. Este paso, fundamental para el desarrollo de la parte de "adaptación al cambio climático" contemplada en los PACES, deberá contemplar tres ámbitos en su desarrollo: la ciencia climática, el dominio técnico de la evaluación en sí misma y el aspecto socioeconómico del territorio.

La culminación de este primer paso, solo posible tras haber completado todas las fases anteriores, es la elaboración del **Plan de Acción por el Clima y la Energía Sostenible (PACES)**. Anteriormente conocidos como PAES (Plan de Acción para la Energía Sostenible), deben la incorporación de la "C" a la referencia que, desde 2015, el Pacto hace a la adaptación al cambio climático.

Un PACES no es más que un documento estratégico y operativo que define el marco completo de actuación de la autoridad local de que se trate para alcanzar sus objetivos establecidos para 2030 en virtud de su adhesión al Pacto de los Alcaldes. Debe estar basado en los dos documentos anteriormente citados (inventario de emisiones de referencia y evaluación de riesgos y vulnerabilidades) y contener actuaciones claras y objetivos medibles, priorizados y ajustables en las sucesivas revisiones que se hagan del Plan durante su implantación.

PASO 2: PRESENTACIÓN Y EJECUCIÓN DEL PACES

2.1 - Envío del PACES aprobado a la oficina del Pacto

Los firmantes del Pacto se comprometen a enviar su PACES a la oficina de coordinación en los dos años siguientes a su decisión oficial de unirse al Pacto de los Alcaldes.

Los PACES deberán estar aprobados por el Consejo Local y en su idioma nacional (o inglés) y ser remitidos a través de un sistema online específico.

Tras su presentación, el Centro Común de Investigación¹⁴ de la Comisión Europea comprobará la congruencia de los datos aportados y publicará en la web del Pacto de los Alcaldes sus puntos más relevantes.

2.2 - Ejecución del PACES

Tras su presentación y aprobación, la autoridad local concernida dispone de dos años para comenzar a implantar las medidas previstas en el PACES, antes de la primera revisión de resultados. Esta fase es la que más tiempo, esfuerzo y recursos consume.

Con el fin de facilitar la comprensión de las medidas adoptadas y el esfuerzo que estas representan, durante la implantación de los PACES resultará fundamental garantizar una buena comunicación, tanto interna como externa, que ayude a recabar un amplio apoyo durante el proceso de ejecución y una mayor sensibilización y modificación de la conducta de la ciudadanía. En este proceso, se aconseja, entre otras medidas, organizar “Días de la energía Locales”, dirigidos a la ciudadanía en general.

2.3 - Seguimiento de la ejecución del PACES

Llevar a cabo un buen seguimiento de su progreso es una parte muy importante de la implantación del PACES. La evaluación periódica del proceso, acompañada de las adaptaciones adecuadas del Plan, permitirá iniciar un ciclo de mejora continua que facilite alcanzar los resultados deseados.

¹⁴ El Centro Común de Investigación (JRC, en sus siglas en inglés) es una Dirección General de la Comisión Europea encargada de proporcionar asesoramiento científico y técnico a la citada Institución y a los Estados miembros, en apoyo a todas sus políticas.

PASO 3: PUBLICACIÓN PERIÓDICA DE INFORMES DE SEGUIMIENTO DEL PACES

Cada dos años, tras la presentación del PACES, la autoridad local competente debe controlar su implantación. Para ello, se exige realice un informe de seguimiento que deberá remitir a la oficina de coordinación del Pacto y que será público a través de su web.

Hay dos tipos de informe de seguimiento:

a) Informe de actuación

Este informe, que pretende comprobar el alcance de las medidas adoptadas y su impacto con respecto de los objetivos intermedios establecidos, debe presentarse cada dos años. El mismo, debe incluir:

- ≡ Informe del estado de implementación de las acciones previstas, en términos cuantitativos.
- ≡ Actualización del Informe de Adaptación, del Informe de Evaluación de Riesgos y Vulnerabilidades y, si procede, actualización del plan de acción.

b) Informe completo

Cada cuatro años, los adherentes al Pacto deben elaborar y remitir a la oficina del Pacto, un informe más completo que incluya:

- ≡ Un Inventario de Seguimiento de las Emisiones que cuantifique los resultados de las actuaciones implementadas como, por ejemplo: ahorro de energía, producción de energía renovables o reducción de emisiones de CO₂, entre otros.
- ≡ Actualización del Informe de Adaptación, del informe de Evaluación de Riesgos y Vulnerabilidades y, como mínimo, de tres acciones de adaptación.



La cadencia establecida para los informes es la máxima prevista pero se contempla la posibilidad de que cualquiera de estos informes de seguimiento se presenten con una cadencia menor, si la autoridad local competente considera que hay avances relevantes que así lo justifiquen.

El procedimiento de elaboración del informe se facilita mediante una plantilla online, que se relaciona estrechamente con la plantilla de PACES existente.

Los resultados, tanto individuales como colectivos, recopilados mediante los modelos de informe se expondrán en la web del Pacto de los Alcaldes, para inspirar y facilitar los intercambios y la autoevaluación. La divulgación de los datos a través del Pacto de los Alcaldes permite a los firmantes demostrar el gran impacto de sus acciones sobre el terreno. Los datos recopilados a través de la plataforma de información del Pacto de los Alcaldes también servirán para proporcionar a los responsables políticos nacionales, europeos e internacionales una información esencial acerca de las acciones locales que pueden ser desarrolladas.

En caso de incumplimiento de los compromisos adquiridos, como por ejemplo la presentación de los documentos anteriormente señalados en los plazos previstos, la Oficina del Pacto podrá, previa notificación por escrito, suspender la participación de la autoridad local concernida en la iniciativa. De esta manera, se pretende garantizar la transparencia, coherencia e imparcialidad entre los firmantes a la hora de cumplir sus compromisos.

6. CIUDADES DEL EIXO ATÁNTICO ADHERIDAS AL PACTO EN GALICIA Y NORTE DE PORTUGAL

En el momento de cierre de este informe¹⁵, de las 1.733 firmantes en España, tan solo 10 correspondían a Galicia. De ellas, cinco pertenecen al Eixo Atlántico:

- ≡ A Coruña
- ≡ O Barco de Valdeorras
- ≡ Santiago de Compostela
- ≡ O Carballiño.
- ≡ Lugo

Por lo que respecta a Portugal, de un total de 117 firmantes¹⁶, en la región Norte de Portugal se localizan 46 autoridades locales firmantes, de las que trece pertenecen al Eixo Atlántico:

- ≡ Barcelos
- ≡ Braga
- ≡ Bragança
- ≡ Guimarães
- ≡ Macedo de Cavaleiros
- ≡ Matosinhos
- ≡ Peso da Régua
- ≡ Porto
- ≡ Viana do Castelo
- ≡ Vila do Conde
- ≡ Vila Nova de Famalicão
- ≡ Vila Nova de Gaia
- ≡ Vila Real

¹⁵ Noviembre 2016.

¹⁶ Las entidades firmantes por país pueden consultarse en: http://www.pactodelosalcaldes.eu/about/signatories_es.html



7. OPORTUNIDADES DE FINANCIACIÓN

La Comisión Europea se ha comprometido a movilizar los instrumentos financieros y el apoyo político en el conjunto de la UE. En este contexto, pueden surgir interesantes **oportunidades de financiación para acciones relacionadas con el clima y la energía** asociadas a múltiples instrumentos financieros.

A continuación, se expone una matriz informativa con las diferentes oportunidades existentes; matriz elaborada por la oficina del Pacto de los Alcaldes, en marzo 2016 y actualizada para las oportunidades de financiación del período 2014-2020.

GUÍA RÁPIDA DE OPORTUNIDADES DE FINANCIACIÓN PARA ACCIONES LOCALES POR EL CLIMA Y LA ENERGÍA (2014 - 2020)

Fondos Estructurales y de Inversión	Programas de Financiación Europeos	Ayuda al Desarrollo de Proyectos	Instrumentos de Organismos Financieros	Programas de financiación Alternativos
FEDER	LIFE	ELENA BEI	FEIE - Fondo Europeo de Inversiones Estratégicas	CRE - Contratos de Rendimiento Energético
Fondo de Cohesión	Acciones Urbanas Innovadoras	Horizonte 2020	Préstamos municipales	Crowd-Funding
Fondo Social Europeo	CIVITAS	JASPERS	NCCF - Mecanismo de Financiación del Capital Natural	Préstamos Blandos y Garantías
FEADER	URBACT III		FEE - Fondo Europeo para la Eficiencia Energética	Fondos Rotativos para Préstamos
FEMP	Cooperación Territorial Europea			Financiación en la Factura
	Horizonte 2020			Bonos Municipales "Verdes"

Fuente: http://www.eumayors.eu/IMG/pdf/Quick_Reference_Guide_-_Financing_Opportunities_2016_es_updated2016.pdf

FONDOS ESTRUCTURALES Y DE INVERSIÓN

	FEDER	Fondo de Cohesión	Fondo Social Europeo	FEADER	FEMP
Beneficios	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales, regionales y nacionales ≡ Instituciones sociales, culturales y educativas ≡ ONGs ≡ Empresas 	Autoridades locales y regionales	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales, regionales y locales ≡ Trabajadores y empleadores ≡ ONG ≡ Empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales y administraciones ≡ Instituciones sociales, culturales y educativas ≡ ONGs ≡ Empresas 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales ≡ Instituciones sociales, culturales y educativas ≡ ONGs ≡ Empresas
Países Participantes	UE 28	BG, HR, CY,CZ, EE, EL, HU LV, LT, MT, PL, PT, RO, SK y SI	UE 28	UE 28	UE 28
Áreas de Interés	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Energía renovable, sistemas de distribución energética inteligentes, infraestructura de eficiencia energética. ≡ Investigación, innovación y TIC ≡ Competitividad de PYME ≡ Economía baja en carbono ≡ Adaptación al cambio climático ≡ Gestión de riesgos ≡ Protección ambiental ≡ Transporte 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Energía: uso de renovables y eficiencia ≡ Economía baja en carbono ≡ Adaptación al cambio climático y prevención y gestión de riesgos ≡ Protección del medio ambiente ≡ Transporte sostenible ≡ Capacidad institucional 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Sostenibilidad , calidad y movilidad de la fuerza de trabajo ≡ Inclusión social, lucha contra la pobreza y la discriminación ≡ Educación ≡ Capacidad institucional 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Innovación en la agricultura y zonas forestales y rurales ≡ Agricultura sostenible, gestión forestal y eficiencia de recursos ≡ Economía baja en carbono ≡ Pobreza e inclusión social ≡ Adaptación al cambio climático 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Pesca inteligente sostenible (atenuación del cambio climático y adaptación al mismo) ≡ Acuicultura innovadora ≡ Desarrollo territorial sostenible e inclusivo de las comunidades pesqueras ≡ Diversificación de las economías locales para su desarrollo sostenible.

PROGRAMAS DE FINANCIACIÓN EUROPEOS

	LIFE - Medio Ambiente y Acción por el Clima	Acciones Urbanas Innovadoras	CIVITAS - Movilidad Sostenible	
Beneficiarios	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Organismos públicos ≡ PYME ≡ Organizaciones no comerciales privadas, ONG 	Autoridades locales de poblaciones con al menos 50.000 habitantes, o una asociación/agrupación de autoridades locales que, en conjunto, sumen al menos 50.000 habitantes (puede ser transnacional pero se recomienda la contigüidad territorial)	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales ≡ Organizaciones tales como operadores de transporte ≡ PYME, Universidades y ONG 	
Países participantes	UE 28	UE 28	UE 28	
Áreas de interés	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Medio ambiente y eficiencia de recursos ≡ Naturaleza y biodiversidad ≡ Gobernanza e información ambiental ≡ Mitigación del cambio climático ≡ Adaptación al cambio climático ≡ Gobernanza e información sobre el cambio climático 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Varían según la convocatoria. En la primera (hasta marzo 2016) se primó, entre otras prioridades, la eficiencia energética. En la segunda (hasta final 2016) se prioriza la economía circular y la movilidad urbana. Otras opciones para las siguientes convocatorias son: adaptación al clima, compras ecológicas, calidad del aire y soluciones naturales 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Movilidad urbana sostenible ≡ Planificación integrada (planes de movilidad urbana sostenible) ≡ Logística de fletes urbanos ≡ Estrategias de gestión de la demanda ≡ Telemática de transporte ≡ Seguridad ≡ Combustible y vehículos limpios 	
Características básicas del proyecto	Proyectos tradicionales	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Beneficiarios: 1-5. ≡ Contribución de la UE: entre 500.000 euros y 1,5 millones de euros ≡ Duración: 1-5 años 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Máximo de 5 millones de euros por proyecto ≡ Duración: 3 años máximo 	Según convocatoria y actividad financiada
	Proyectos integrados	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Beneficiarios: 2-10. ≡ Contribución de la UE entre 8 y 15 millones de euros ≡ Duración: al menos 6 años 		
Cofinanciación	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Hasta 2017: 60% ≡ 2017-2020: 55% ≡ Proyectos de creación de capacidades: 100% 	Máximo del 80%	Según convocatoria. Normalmente debería estar en torno al 75%	
Tipo de proyectos	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Demostración y piloto ≡ Mejores prácticas ≡ Información, sensibilización y disseminación ≡ Asistencia técnica ≡ Creación de capacidades ≡ Proyectos preparatorios 	Acciones nuevas e innovadoras conectadas con los retos locales	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Talleres, visitas de estudio, premios, disseminación y comunicación ≡ Intercambio y formación ≡ Evaluación y estudios de viabilidad ≡ Transferencia de medidas entre ciudades 	

PROGRAMAS DE COOPERACIÓN TERRITORIAL

	Cooperación transfronteriza	Cooperación transnacional	Cooperación Interregional	
			Interreg Europe	URBACT III
Beneficiarios	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Instituciones ≡ Organismos sociales, culturales y educativos ≡ ONG ≡ Empresas, PYME, centros de investigación, centros de educación superior y asociaciones 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Instituciones ≡ Organismos sociales, culturales y educativos ≡ ONG ≡ Empresas, PYME y asociaciones 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Instituciones ≡ Organismos sociales, culturales y educativos ≡ ONG ≡ Empresas, PYME y asociaciones 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales ≡ Agencias locales ≡ ONG
Países participantes	UE 28	UE 28	UE 28, Noruega y Suiza	UE 28, Noruega y Suiza
Áreas de interés	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Investigación e innovación ≡ TIC ≡ Competitividad de las PYME ≡ Economía baja en carbono ≡ Adaptación al cambio climático y gestión de riesgos ≡ Protección ambiental ≡ Eficiencia y transporte de recursos ≡ Capacidad institucional de las autoridades públicas y empleo de calidad 		<ul style="list-style-type: none"> ≡ Investigación e innovación, TIC ≡ Competitividad de las PYME ≡ Economía baja en carbono ≡ Adaptación al cambio climático y gestión de riesgos ≡ Protección ambiental y eficiencia de los recursos ≡ Transporte 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Desarrollo urbano sostenible integrado ≡ Crecimiento inteligente e inclusivo ≡ Economía baja en carbono ≡ Eficiencia de recursos, protección ambiental ≡ Movilidad laboral, inclusión y reducción de la pobreza ≡ Adaptación al cambio climático ≡ Diseño e implantación de políticas
Características básicas del proyecto	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Beneficiarios:</u> Al menos dos, de dos regiones fronterizas vecinas ≡ <u>Cofinanciación:</u> específica por programa (entre 50% y el 85%) 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Beneficiarios:</u> Regiones de al menos dos países participantes ≡ <u>Cofinanciación:</u> específica por programa (entre 50% y el 85%) 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Beneficiarios:</u> Al menos tres países participantes ≡ <u>Cofinanciación:</u> En torno al 85% 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Beneficiarios:</u> Al menos tres Estados miembro ≡ <u>Cofinanciación:</u> 70% para las regiones más desarrolladas y 85% para las regiones menos desarrolladas (50% para socios de Noruega y Suiza).

HORIZONTE 20210

	Energía segura, limpia y eficiente		Transporte inteligente, ecológico e integrado	Actividades Transversales
	Eficiencia energética	Energía competitiva baja en carbono	Movilidad para el crecimiento	Ciudades inteligentes y sostenibles
Convocatorias para autoridades locales	EE02, EE06, EE09, EE10, EE11, EE15, EE18, EE 19, EE23, EE24, EE25	LCE21	MG4.4, MG 4.5, MG 5.3, MG 6.1, MG6.2, MG6.3	SCC1, SCC2, SCC3
Países participantes	UE 28	UE 28	UE 28, Noruega y Suiza	UE 28, Noruega y Suiza
Áreas de interés	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Calefacción y refrigeración ≡ Involucrar a los consumidores hacia la energía sostenible ≡ Edificios ≡ Industria, servicios y productos ≡ Financiación innovadora para las inversiones en eficiencia energética 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Captación de mercado de las tecnologías de energías renovables 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Movilidad urbana ≡ Logística ≡ Sistemas de transporte inteligente 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Ciudades y comunidades inteligentes ≡ Ciudades sostenibles a través de soluciones naturales
Características básicas del proyecto	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Cofinanciación</u>: Entre el 70 y el 100% según el tipo de acción a desarrollar. ≡ <u>Dimensión</u>: entre 0,5 y 4 millones de euros, según la convocatoria que se trate 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Cofinanciación</u>: Entre el 70 y el 100% según el tipo de acción a desarrollar. ≡ <u>Dimensión</u>: entre 1 y 3 millones de euros 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Cofinanciación</u>: Entre el 70 y el 100% según el tipo de acción a desarrollar. ≡ <u>Dimensión</u>: entre 2 y 13 millones de euros, según la convocatoria que se trate 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Cofinanciación</u>: Entre el 70 y el 100% según el tipo de acción a desarrollar. ≡ <u>Dimensión</u>: entre 7 y 18 millones de euros, según la convocatoria que se trate.

PROGRAMA DE AYUDA PARA PROYECTOS EUROPEOS DE DESARROLLO

	ELENA BEI	Horizonte 2020	Convocatoria EE22 JASPERS
Beneficiarios	Autoridades locales y regionales u otros organismos públicos o agrupaciones de los mismos	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales/regionales ≡ Organismos públicos ≡ Operadores de infraestructuras públicos/privados ≡ Empresas de Servicios de Energía (ESE) y PYME 	Autoridades locales, regionales o nacionales; así como otras entidades de interés público
Países participantes	UE 28	UE 28	UE 28 y países adheridos al programa IPA
Áreas de interés	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Eficiencia energética en iluminación de edificios o calles ≡ Fuentes de energía renovable integradas en los edificios ≡ Sistemas de calefacción/refrigeración de distrito sostenibles ≡ Eficiencia energética y renovables en el transporte urbano ≡ Redes inteligentes ≡ Infraestructura TIC para a eficiencia energética ≡ Transporte intermodal 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Bloques de edificios públicos/privados ≡ Redes de iluminación pública, calefacción y refrigeración de distritos ≡ Transporte urbano ≡ Eficiencia energética en industrias y servicios 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Infraestructuras: carreteras, ferrocarriles, transporte aéreo y marítimo ≡ Agua y aguas residuales ≡ Proyectos energéticos, incluyendo eficiencia energética en edificios o calefacción por distritos ≡ Transporte urbano
Características básicas del proyecto	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u>: > 30 millones de euros ≡ <u>Cofinanciación</u>: hasta el 90% de los costes elegibles 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u>: entre 7,5 y 50 millones de euros ≡ <u>Cofinanciación</u>: hasta el 100% de los costes elegibles 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u>: > 50 millones de euros; excepto en transporte: > 75 millones de euros ≡ <u>Cofinanciación</u>: hasta el 100% de los costes elegibles

INSTRUMENTOS DE ORGANISMOS FINANCIEROS

	Fondo Europeo para Inversiones Estratégicas	Préstamos Municipales del BEIW	Mecanismo de Financiación del Capital Natural	FEEE – Fondo Europeo para la Eficiencia Energética
Beneficiarios	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Sector público ≡ Empresas ≡ Bancos promocionales nacionales u otros bancos intermediarios ≡ Fondos y cualquier otra forma de vehículo de inversión colectiva 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales/regionales 75.000 habitantes 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales y regionales ≡ Propietarios de tierras y empresas ≡ ONG ≡ Intermediarios financieros 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Autoridades locales/regionales ≡ Entidades públicas y privadas que actúen en su propio nombre
Países participantes	UE 28	UE 28	UE 28	UE 28
Áreas de interés	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Desarrollo digital de infraestructuras en transporte y energía ≡ Energía renovable ≡ Eficiencia energética e interconexiones energéticas ≡ Financiación de riesgos para PYME y empresas de tamaño medio ≡ Educación ≡ Sanidad ≡ Medio ambiente y recursos naturales 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Carreteras urbanas y transporte público ≡ Agua y alcantarillado ≡ Desechos sólidos ≡ Educación ≡ Servicios sanitarios ≡ Viviendas sociales ≡ Edificios públicos ≡ Energía ≡ Instalaciones culturales y deportivas ≡ Adaptación al cambio climático 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Naturaleza y biodiversidad ≡ Adaptación al cambio climático 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Eficiencia energética ≡ Energía renovable ≡ Transporte urbano limpio
Características básicas del proyecto	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u>: Sin restricciones ≡ <u>Vehículo de financiación</u>: garantía de 16.000 millones para posibles pérdidas y 5.000 millones de euros adicionales de capital BEI para coinversión. 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u> < 50 millones de euros ≡ <u>Vehículo de financiación</u>: préstamos para un programa de inversiones (3-5 años) 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u>: 5-15 millones de euros ≡ <u>Vehículo de inversión</u>: deuda, capital, financiación con intermediación y directa 	<ul style="list-style-type: none"> ≡ <u>Dimensión</u>: 5-25 millones ≡ <u>Vehículo de inversión</u>: préstamos, garantías y capital.

PROGRAMAS DE FINANCIACIÓN ALTERNATIVOS

Programa	Descripción	Más información y ejemplos
CRE – Contratos de Rendimiento Energético	Acuerdo contractual entre un beneficiario y una empresa de servicios energéticos acerca de mejoras de la eficiencia energética o instalaciones renovables.	http://iet.jrc.ec.europa.eu/energyefficiency/european-energy-service-companies/energy-performance-contracting
Crowd-Funding (financiación colectiva)	Una plataforma de financiación colectiva reúne los recursos de distintos agentes y, en su mayor parte, usa una plataforma informática en línea. Esto puede suceder en combinación con cooperativas energéticas, basadas en la propiedad compartida y en procedimientos democráticos de toma de decisión.	https://rescoop.eu/
Préstamos blandos y garantías	<ul style="list-style-type: none"> ≡ Los préstamos blandos son préstamos con condiciones favorables (intereses inferiores a los del mercado y períodos de devolución más largos. ≡ Las garantías buscan reducir los riesgos de los retrasos en los pagos y amortiguar las primeras pérdidas de falta de pago 	https://www.fi-compass.eu/sites/default/files/publications/presentation_201501_Brussels_ESIF_Frank-Lee.pdf
Fondos rotativos para préstamos	Fuentes de efectivos de las cuales se realizan préstamos para varios proyectos de energía sostenible. Los fondos rotativos pueden proporcionar préstamos para proyectos que no tienen acceso a otro tipo de préstamos de organismos financieros o puede proporcionar préstamos a una tasa de interés inferior a la del mercado.	http://www.managenergy.net/articles/61#.WDa1RebhDIW
Financiación en la factura	Los proveedores de energía cobran la devolución de un préstamo a través de las facturas de energía.	---
Bonos municipales “verdes”	El gobierno local (o sus agencias) puede emitir bonos verdes para financiar sus proyectos de energía sostenible. Un bono verde puede funcionar como un bono normal, es decir, es una deuda que se devolverá, dependiendo de las características del bono, con intereses. Puede hacerse atractivo por medio de las exenciones fiscales.	http://energypost.eu/lets-globalize-global-meets-local-municipal-green-bonds/



CONCLUSIÓN

Las áreas urbanas se sitúan en el centro de múltiples acciones globales, no solo en el ámbito climático, como puede ser el Acuerdo de París, sino, por ejemplo, en el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible o la Nueva Agenda Urbana. Es por ello que la acción local coordinada en diferentes sectores y entre diferentes áreas urbanas es el secreto para generar sinergias que puedan cambiar, de manera efectiva, el entorno urbano al tiempo que contribuyen de manera significativa al cumplimiento de los objetivos globales.

Las ciudades y áreas urbanas representan en torno al 70% de las emisiones globales de gases efecto invernadero relacionadas con el ámbito energético. Los edificios y el sector de la construcción, en concreto, representan por sí solos más del 20% de las emisiones. En este contexto, la intervención activa de las ciudades en este problema y su implicación en la implantación de soluciones resulta fundamental. De hecho, el Banco Mundial establece que, a nivel global, adaptarse a los efectos del cambio climático costará entre 80 y 100 mil millones de dólares americanos al año, el 80% de los cuales deberá invertirse en áreas urbanas.

A escala nacional, **los gobiernos deben apoyar la actuación de las autoridades locales**, estableciendo marcos de acción coherentes y financiación adecuada a los retos a los que estas han de hacer frente.

A escala europea, la acción se articula en torno al Pacto de los Alcaldes por el Clima y la Energía. Este instrumento clave permite acceder a múltiples recursos que, bien aprovechados, pueden desembocar en importantes beneficios para la ciudad y sus habitantes. La utilidad de este Pacto se demuestra en el hecho de que Naciones Unidas está trabajando ya para plantear un Pacto Global de Alcaldes por el Clima y la Energía, a partir del ya existente en la UE. De hecho, con ocasión de la **Cumbre Climática de Líderes Locales y Regionales**, que tuvo lugar el 14 de noviembre en Marrakech, la Comisión Europea anunció el inicio del trabajo de preparación de una **oficina regional del Pacto para Norte América** que daría cobertura a Estados Unidos, México y Canadá. Su función fundamental sería apoyar la implementación del Programa Europeo de Cooperación Urbana Internacional. Este promueve la cooperación entre ciudades en temas de desarrollo urbano sostenible, crecimiento inteligente, verde e inclusivo, así como actuaciones al amparo del Pacto de los Alcaldes por el Clima y la Energía¹⁷.

¹⁷ Toda la información sobre este programa puede consultarse en: http://ec.europa.eu/regional_policy/en/policy/cooperation/international/urban/



Pacto de los Alcaldes para el Clima y la Energía

Las autoridades locales firmantes del Pacto obtienen múltiples beneficios derivados de su participación en esta iniciativa. Entre ellos, cabe destacar:
Reconocimiento y visibilidad a escala internacional en materia de clima y energía

- ≡ Establecimiento de compromisos locales creíbles que contribuirán al desarrollo de su territorio y al bienestar de sus ciudadanos.
- ≡ Mejores oportunidades económicas para sus proyectos locales en materia de clima y energía
- ≡ Una red de contactos para el intercambio de experiencias y desarrollo de otras iniciativas
- ≡ Acceso rápido a conocimientos
- ≡ Apoyo práctico a través del servicio de asistencia técnica de la secretaría del Pacto, así como material orientativo y otras herramientas de implantación
- ≡ Aumento de la cooperación y el respaldo de las autoridades nacionales y regionales en materia de clima y energía.

Además, como hemos visto, la Comisión Europea se ha comprometido a movilizar los instrumentos financieros y el apoyo político en el conjunto de la UE y prevé líneas financieras específicas para financiar actividades relacionadas con la lucha contra el cambio climático en el presente período de financiación hasta 2020.

Teniendo todo esto presente, las ciudades del Eixo Atlántico deben ver el **Pacto de los Alcaldes por el Clima y la Energía como una oportunidad de desarrollo sostenible, de mejora del bienestar de sus ciudadanos y de desarrollo económico**, pues la economía verde y los sectores con ella relacionados, vinculados fuertemente a la innovación, suponen sectores de futuro. Su adhesión al Pacto es, por tanto, no solo deseable sino también muy recomendable de cara al desarrollo inmediato del territorio del Eixo Atlántico.

Pero el Pacto no trata solo de firmar una declaración de intenciones. Las ciudades signatarias deben tener presente que al adherirse están adquiriendo un **compromiso**, con ellas mismas, sus habitantes y con las autoridades y demás entidades firmantes del Pacto. Un compromiso que será necesario cumplir y aprovechar en toda su magnitud para sacar el máximo provecho de las oportunidades existentes y los esfuerzos que se requieren a cambio.

El Eixo Atlántico, por su parte, se presenta como la entidad que, de ser necesario, podría apoyar a sus ciudades en el cumplimiento de sus objetivos establecidos a raíz de su participación en el Pacto; así como colaborar con ellas en las labores de difusión y comunicación.

